



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- **Mandato 2017-2021** -----

---**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE 2020**-----

----- **ACTA NÚMERO VINTE** -----

---Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente Primeira e Segunda-Secretárias, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Período de Antes da Ordem do Dia
- Período de Intervenção de Público
- Período da Ordem do Dia

1. **Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (março-maio 2020);**
2. **Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na atual redação, que aprovou o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.**
3. **Orçamento Participativo de Marvila 2019 – Apresentação de Relatório. Orçamento Participativo de Marvila 2020;**
4. **Aprovação da minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE REINserÇÃO E APOIO SOCIAL – ACRAS;**
5. **Aditamento ao Contrato de delegação de competências na freguesia de Marvila, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, que inclui o novo regime extraordinário de apoio no âmbito da pandemia de Covid-19.**

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borge Pereira Mota. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR (CDS-PP)** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves-----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes eleitos: -----



---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Almeida** que, por sua vez, foi substituído por **Maria Almeida** que foi substituída por **Abilio Carvalho**. -----

--- **Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo (PS)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Régio**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a “lista de presenças”: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Morais Ventura Cintra**, **Susana Maria da Costa Guimarães**, **Joaquim Cerqueira Brito**, **Maria Cristina Rodrigues Abreu**, **João Carlos Lourenço dos Santos** e **José António Amaral da Silva**. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, saudando os presentes, informou que estando todos de acordo a intervenção do público se realizaria antes do PAOD, passando a palavra à **Sr.ª Primeira-Secretária, Sr.ª D. Diana Prudêncio** para que informasse o plenário dos pedidos de substituição solicitados à mesa. -----

---A **Sr.ª Primeira-Secretária**, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia e com o acordo do plenário começou por chamar para intervir, o freguês Sr. Nuno Moreira, morador no bairro dos Lóios, para fazer a sua intervenção. -----

---O **Sr. Nuno Moreira**, no uso da palavra, questionou ao Executivo quando é que este manda colocar lombas na rua Pardal Monteiro, junto ao entroncamento para a rua Norte Júnior uma vez que não existe visibilidade para quem sai da rua Norte Júnior para a rua Pardal Monteiro. Disse que essa situação é um perigo para quem utiliza essas vias. Pediu também informação sobre quando serão colocados os passeios na rua Pedro José Pezerat, uma vez que o Sr. Presidente da Junta se comprometeu com o Sr. Presidente da CML, na última reunião descentralizada, de proceder à construção dos mesmos. Questionou também para quando a colocação de espaços verdes na rua Pardal Monteiro, falando também da retirada de monos na via pública. Disse ainda da existência de um passeio na rua Pardal Monteiro que se encontra por reconstruir há mais de 30 anos, considerando ser mais do que necessário à sua reconstrução. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou de seguida a palavra ao **Sr. Pedro Henriques**, morador no bairro das Amendoeiras que, no uso da palavra, disse que com a pandemia Covid-19, o ensino e toda a comunidade escolar foram obrigados a adaptar-se à nova realidade pandémica. Disse que, porém, não se pode deixar passar as consequências de um ensino à distância mal preparado e que veio a revelar e a intensificar as desigualdades existentes entre os e as estudantes. Disse que com a falta de investimento prevista no orçamento suplementar, na escola pública presencial é posto em causa o acesso de muitos e muitas estudantes a um dos pilares básicos do estado social que é o acesso à educação. Disse que muitos alunos e alunas veem o seu acesso à educação reduzido a uma simples questão: “Tens um computador?”. Afirmou que muitos não têm e, os que têm, muitas vezes têm de o partilhar com o resto do agregado familiar. Salientou que este modo de ensino não é benéfico, nem para quem estuda, nem para quem ensina e mesmo para quem todos os dias organiza, limpa e recebe os alunos nas escolas. Disse que, na sua opinião, esta forma de ensinar levou a comunidade escolar a um extremo nunca visto. Disse ainda que as consequências do ensino à distância estão à vista de todos: incremento das desigualdades, abandono escolar, pior alimentação,



agravamento de problemas de saúde mental, menor acesso à saúde e ao acompanhamento especializado, menor apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, aumento da violência doméstica e a falta de interação com os colegas que é necessária. Disse que se deve ter a noção de que, quem está mais exposto a estas consequências, são os alunos e alunas mais desfavorecidos, com carências a vários níveis e isso verifica-se nos rankings das escolas, onde os colégios privados estão sempre no topo, porque escolhem alunos e alunas que têm melhores notas, que têm um melhor comportamento e têm famílias que os podem acompanhar com explicações ou até mesmo com um conhecimento próprio, enquanto que as escolas públicas, nomeadamente as dos bairros sociais, são escolas que são vistas como um depósito de alunos que ninguém quer e que, por isso, são vistas como algo que está ali para isso e assim, estão sempre no fim das tabelas. Posto isto, questionou como será feito o próximo ano letivo. Disse ter-se visto que a intenção do governo central de querer regressar ao ensino presencial não é acompanhada de medidas necessárias, como a redução do número de alunos por turma, a contratação de mais professores e funcionários auxiliares. Disse ter-se visto também em Marvila, os efeitos do ensino à distância que também se sentiram, com muitas e muitas estudantes a não poderem comparecer às aulas online por não terem um computador ou porque o pai ou a mãe estavam em teletrabalho ou mesmo por terem que partilhar o computador com os irmãos ou as irmãs. Salientou que teve casos de colegas que por não terem meios informáticos não puderam estar presentes nas aulas online. Questionou o Executivo sobre o que está a pensar fazer para que estes jovens não tenham o seu acesso à educação limitado. Acabou a sua intervenção com uma frase que disse tê-lo marcado muito da autoria da deputada do BE, Joana Mortágua, uma vez que é uma frase que nos coloca perante a importância do simples facto de ir à escola: “Tirar as crianças das escolas terá sempre consequências graves para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida coletiva do país”. -----

---A **Sr.ª Primeira-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Adriano Finuras**, morador no bairro do Condado que, no uso da palavra, agradeceu a limpeza do parque calisténico sobre o qual falou na última Assembleia. Referindo-se ao Orçamento Participativo de 2019 da junta de Freguesia de Marvila, disse ter concorrido com a proposta de minigolfe, disse que gostaria de saber em que ponto se encontra o projeto. Questionou relativamente ao orçamento Participativo da CML, sobre o projeto do Parque Infantil do bairro do Condado, que está em momento de conclusão considerando que ficou um bom espaço, mas que havia uma situação na qual a Junta poderia ajudar, informando que na última reunião com pessoas da CML e da Junta foi dito a uma pessoa que tinha plantas naquele espaço que lhe seria cedido um canteiro para que pudesse manter as suas plantas que foram removidas para deixar o local liberto para o parque mas o certo é que isso ainda não foi feito com a senhora em questão e, sendo um conflito entre a senhora em questão e a CML, pediu para a Junta poder mediar esta situação. Expôs também a situação de uma moradora que tem uma filha com 90% de incapacidade e que não tem qualquer apoio e que pretende falar com o Sr. Presidente e ainda não conseguiu obter essa entrevista para que a mesma possa ser ajudada. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este respondesse às questões colocadas pelos fregueses. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente à intervenção do Sr. Nuno Moreira, agradecendo as quatro questões colocadas respondeu que, relativamente à



primeira questão, o executivo tem insistido sistematicamente com a CML sobre aquilo que é a implantação das lombas referidas pelo freguês e que considera que através de uma nova insistência derivada da intervenção do freguês, que o referido espaço venha a ser objeto da intervenção desejada e necessária para uma melhor circulação na via. Referindo-se à segunda questão sobre os passeios da rua Pedro José Pezerat, respondeu que neste momento já existe o projeto para a referida intervenção, que se atrasou devido ao aparecimento da pandemia, estando a Junta em condições neste momento de fazer o lançamento do procedimento e que vai ser feito durante o mês de julho para se encontrar depois o vencedor e adjudicar a referida obra e que se tudo correr bem, a partir de setembro/outubro terá o seu início. Relativamente à situação na rua Pardal Monteiro, informou que já existe o projeto para as traseiras da pastelaria Fatilinda e que será brevemente lançado para a sua execução e informou ainda que será um projeto que visa ganhar cinco lugares de estacionamento no local havendo também a possibilidade de melhorar as condições de segurança e visibilidade na ligação da zona da pastelaria Fatilinda com a rua Norte Júnior. Relativamente à rua Pardal Monteiro e ao seu passeio, disse ser uma situação que é possível analisar e identificar podendo vir a ser objeto de um contrato de delegação de competências com a CML no futuro. Informou o freguês sobre a criação de um acesso pedonal da rua Pardal Monteiro para a rua Norte Júnior, já realizado por este Executivo, informando ainda a criação de um jardim sustentável por parte dos moradores junto ao parque infantil dos Lóios, junto à farmácia. Informou que se está na perspetiva de se realizar uma profunda obra no bairro dos Lóios, que dará uma grande centralidade ao referido bairro que será a recuperação em termos de mobilidade para as pessoas que vivem no supracitado bairro, relativamente à Praça Raúl Lino. Relativamente à intervenção do Sr. Pedro Henrique, saudou o freguês pela qualidade da sua intervenção, pelo facto das mesma ser muito assertiva, dizendo que comunga, apesar de ser de um partido político diferente, aquilo que é a posição relativamente à escola, àquilo que promoveu este ensino à distância que criou efetivamente uma desigualdade no que respeita ao direito ao ensino afirmando que também partilha das preocupações do freguês no que concerne ao número de alunos, à redução das turmas e ao aumento do número de professores e de funcionários. Respondeu que o Executivo, relativamente ao projeto dos alunos do 11º e 12º anos, assumiu um protocolo com o agrupamento de escolas D. Dinis, que visava que os alunos com necessidades não ficassem prejudicados em relação aos outros no que refere ao ensino à distância e à promoção, em termos de igualdade, dos exames de acesso à universidade. Disse que da parte da Junta de Freguesia, dentro das suas competências, tudo se fará, com tranquilidade e segurança, para que as crianças de Marvila voltem ao ensino, com as melhores condições de segurança e que tenham um maior número de funcionários, em termos de assistentes de jardim de infância, e provavelmente com auxílio ao Ministério da Educação também com assistentes operacionais, para que nas escolas públicas de ensino em Marvila tudo corra na sua normalidade. Relativamente à intervenção do freguês, Sr. Adriano Finuras, respondeu que, relativamente ao orçamento participativo, solicitou à vogal Sr.ª D. Susana Guimarães que possa ter uma conversa com o freguês relativamente à realização do projeto referido por este. Referindo-se ao parque infantil do Condado, disse entender o problema da Sr.ª D. Rosa, já tendo estado no referido local para redimir uma situação muito complicada em que pediu auxílio a um funcionário da Junta de Freguesia, residente na área e muito conhecedor da D. Rosa, que



é o Sr. Carlos Teixeira, informando que ele e o funcionário referido tentaram resolver uma situação com a senhora em questão, mantendo-se à disposição para tentar resolver tudo a contento de todas as partes. Relativamente à questão apresentada pelo freguês sobre a Sr.<sup>a</sup> D. Carla Tavares, disse ir tentar indagar junto dos serviços sociais da Junta de Freguesia, qual a atual situação, pedindo ao freguês a amabilidade de enviar mais dados através de mensagem, frisando que rapidamente se irá ver qual o problema efetivo existente para tentar dar uma resposta à D. Carla Tavares. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à freguesa Sr.<sup>a</sup> D. Romana Sousa, moradora no bairro do Condado, informando ter havido uma falha de comunicação e não ter sido passada a informação que a freguesa gostaria de intervir. A **Sr.<sup>a</sup> D. Romana Sousa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---“A continuação do vírus Covid-19 em Lisboa é grave, na Mansão de Santa Maria de Marvila houve vários contaminados, no bairro do Condado comenta-se que existem famílias que foram infetadas pelo vírus, na escola D. Dinis, houve um que estando contaminado obrigou que os colegas e professores ficassem de quarentena, na escolinha de S. Maximiliano uma criança e sua mãe também, e pergunto se o Executivo enviou essa informação à DGS. Pergunto também ao Sr. Presidente se tem conhecimento de quantas pessoas dos bairros estão doentes na freguesia de Marvila e se estão confinados e quantos testes foram feitos. Que medida pode a Junta efetuar no sentido de controlar a doença? Tenho algum receio de sair à rua e muito mais se preciso apanhar transporte de manhã para ir a consultas médicas. Devia haver mais autocarros a circular com menor número de passageiros. Não quero parecer alarmista, mas estou realmente muito preocupada com a situação, embora cumpra todas as regras de distanciamento e segurança que a DGS recomenda. Gostava de apresentar esta minha preocupação. Obrigada a todos e boa noite.” -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse ser um prazer ouvir mais uma vez a Sr.<sup>a</sup> D. Romana Sousa, e respondeu relativamente aos dados apurados e não contestando nenhum deles, nem em relação à Mansão de Marvila, nem à escola D. Dinis, nem ao bairro do Condado informando que realmente aí houve alguns casos de contaminação. Disse que, relativamente a S. Maximiliano Kolbe, tem a certeza de que aquilo que foi feito, o caso devidamente tratado, a sala selada, tendo sido tomadas todas as medidas necessária ser tomadas no referido local. Informou que foram feitos dois pedidos de informação à DGS demonstrando a preocupação do seu Executivo, não tendo ainda recebido por parte da DGS qualquer resposta ou informação ao solicitado. Informou ainda que colocou perante o Sr. Presidente da CML a manifesta preocupação relativamente às notícias que inicialmente atribuíam à Junta de Freguesia de Marvila no contexto de uma freguesia que está no estado de calamidade e que depois não era real. Disse não conseguir, por falta de informação das autoridades competentes para o efeito, saber o número de infetados assim como o número de testes efetuados nem o que realmente aconteceu dado que nunca foram prestados esses esclarecimentos. Disse saber, por experiência própria, pelo facto de ter assumido fazer algumas entregas de forma presencial junto da população da freguesia que está infetada, que os números subiram na última semana. Disse que o que resta saber é reforçar os pedidos de informação junto das autoridades competentes e continuar a fazer uma campanha de sensibilização junto da população, informando tratar-se de um trabalho difícil pois tem-se verificado em alguns bairros um aglomerar



de pessoas que não beneficia esta situação. Disse que se deve realizar medidas de esclarecimento de uma forma pedagógica para poder ajudar o melhoramento desta situação e afirmou também que se deve sensibilizar a polícia a ter uma atitude mais proativa e, dentro do possível, para poder atuar e ajudar nesta pandemia. Informou ainda o plenário que a Junta de freguesia teve este fim de semana o primeiro caso de covid-19 entre os funcionários. O funcionário em questão entrou imediatamente em isolamento e disse estar a acompanhar pessoalmente a situação do funcionário e da sua família e informou ainda que em relação aos funcionários em contato direto, foram logo adotadas todas as medidas de segurança e confinamento dos mesmos tendo já sido sujeitos aos testes de despiste da situação. Informou ainda que, relativamente aos funcionários foram feitos os testes de despiste no dia 19 de junho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida ao ponto Antes da ordem do Dia – PAOD, informando o plenário que foram entregues à Mesa duas Moções do PCP, uma Moção do PSD e uma do BE. Numerou como a **Moção nº 1 – Abertura do Próximo Ano Letivo – Criação e garantia de Condições**, a **Moção nº 2 - Combater a pandemia e os seus efeitos sociais**, a **Moção nº 3 – Centro de Saúde de Marvila** e a **Moção nº 4 – Descentralização de Competências**. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª Segunda-Secretária, Sr.ª D. Anaísa João**, para conduzir os trabalhos e chamar os senhores membros da Assembleia inscritos para intervir. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos se não seria agora o retorno à sessão de dia 18, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que, tal como tinha informado antes se faria a intervenção do público e as intervenções do PAOD da sessão de 30 de junho para que o público pudesse usufruir do debate político inerente a este Período Antes da Ordem do Dia e que depois se passaria para a segunda reunião da sessão iniciada a 18 de junho, tal como acordado na reunião de representantes e como informou no início dos trabalhos. O **Sr. Manuel Saraiva** respondeu que não tinha informação da reunião de representantes e disse que se sentiu bastante incomodado quando, à hora marcada tentou entrar na reunião e este acesso lhe foi vedado, salientando que o regimento da Assembleia lhe dá o direito bem como a qualquer outro eleito de assistir – e não participar – a qualquer tipo de reuniões de comissão. Salientou ainda que, se tivesse entrado estaria em silêncio e não estaria agora a questionar algo deste conteúdo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** voltou a esclarecer que foi ele que deu a permissão de entrada dos membros da Assembleia e que foi dada a informação referida acima a todos os eleitos. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: -----

---«Antes de mais uma saudação especial e solidária a todos os que, na Freguesia de Marvila adoeceram com COVID 19, bem como às suas famílias. Se alguma fatalidade ocorreu os mais sentidos pêsames.

Uma saudação especial aos trabalhadores e Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, e um agradecimento. A todos. Aos que estiveram em trabalho presencial ou em teletrabalho.

Quando todos nós por sentido de responsabilidade, mas também por medo, estivemos recolhidos em casa, houve quem, sem medo, trabalhasse no espaço público, como



verdadeiro agente de saúde pública para garantir uma Freguesia mais limpa e mais saudável. Agradecemos reconhecidos.

Vivemos uma época nova para a Humanidade.

Uma época que exige reflexão, intervenção concertada, prudência, recursos financeiros, recursos humanos. Exige também o repensar do modo de vida que durante anos consideramos paradigmático do sucesso e do pleno bem-estar. Exige o que durante muito tempo foi citado como importante, mas muito pouco concretizado – a solidariedade. Exige pensar o próximo com a certeza de que o bem do próximo depende da distância a que estamos dele.

Exige o distanciamento físico, mas não se compadece com o distanciamento social.

Tudo foi novo nesta pandemia. Foi novo o vírus e a forma de o abordar e lidar com ele. Foram novas as consequências e foram novas as medidas tomadas para minorar os riscos.

Se as respostas dos governos e das instituições foram, na maior parte dos casos, acertadas e tomadas a bom ritmo, as exceções confirmam que ainda hoje todo o cuidado é pouco e que as decisões exigem ponderação.

Não importa chorar sobre o leite derramado, mas importa aprender com os erros. Diz-se em Medicina que só se diagnostica o que se conhece. Agora já se conhece o vírus e não há desculpa para não acertar o passo das medidas inadiáveis para reduzir o risco de contágio e melhorar a qualidade de vida das populações.

Solicitei por várias vezes os indicadores de saúde da Freguesia de Marvila, relacionados com a COVID 19.

Aceito a dificuldade em conseguir e ceder estes dados, mas estamos num momento do surto pandémico em que todos os sacrifícios podem ser deitados a perder se não conhecermos a realidade e não trabalharmos sobre ela para delinear estratégias de intervenção.

Conhecer a dispersão do vírus na comunidade é uma ferramenta para controlar essa dispersão.

- Podemos saber quantos infetados com SARS- CoV-2 foram identificados na Freguesia de Marvila??
- Sabemos qual foi a incidência de infetados por Bairro/território demarcado??
- Sabemos quantos dos infetados tinham ou têm condições para fazerem isolamento domiciliário sem risco para si próprio ou para os outros co-residentes?
- Sabemos quantos infetados têm ou tiveram condições para garantirem as necessidades básicas de alimentação, quer quanto a coinfeção quer quanto a aquisição dos géneros alimentícios.
- Foi garantido apoio psicológico a quem dele precisou em resultado quer da doença, quer do isolamento, quer das condições socioeconómicas que experimentou ou experimenta?
- Sabemos qual foi a incidência da doença nos lares de idosos?? E nas escolas e creches e infantários??

A comunicação social falou de alguns casos em Marvila, mas o que importa é a informação do Executivo.

Não me alongarei em perguntas, porque neste caso, sei que é mais fácil perguntar que responder.



Apenas mais uma pergunta:

- face à situação epidémica na área Metropolitana de Lisboa, foi acautelada ou sequer equacionada a hipótese de haver em Marvila alguma instalação de recurso para receber eventuais infetados que possam vir a surgir e que não possam ou não devam permanecer no seu domicílio??

Apenas uma consideração final sobre a Revisão Orçamental.

Foi certamente elaborada tendo por base as imensas necessidades a que urge dar resposta, sobretudo na área do apoio social, e o valor inscrito é espelho dessas necessidades que são, certamente, reconhecidas por todos os membros da Assembleia de Freguesia, seja qual for a Bancada por que foram eleitos.

Todos os eleitos quererão contribuir para tornar realidade o apoio social a quem dele carece na Freguesia, embora provavelmente a forma de atuar pudesse ser diferente conforme a sua visão política do problema.

Importa juntar esforços e ter olhares de inovação sobre uma situação que é nova e complexa.

Reforço aqui uma questão que já coloquei antes.

A Junta de Freguesia de Marvila tem sido exemplar no apoio a associações, clubes e outras organizações da comunidade e o desenvolvimento desportivo tem sido uma aposta que se considera necessária na formação dos jovens e no apoio dos seniores.

Infelizmente o surto pandémico reduziu ou anulou a intervenção desportiva.

Será importante conhecermos como se reformularam os apoios aos que os receberam, nesta visão inovadora de intervenção social mais tradicional e direta, em vez da habitual intervenção pelo desporto que já praticavam.

Isto é, como se reinventaram as associações para bem utilizarem as verbas que lhes foram disponibilizadas. Seria interessante dá-lo a conhecer à Assembleia de Freguesia

Bom trabalho ao Executivo, pois tem pela frente muito a fazer.» -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes, questionou que intervenção foi feita em frente à farmácia no bairro dos Lóios, salientando que ainda está muito por fazer no referido bairro. Relativamente à moção do Centro de Saúde de Marvila que o PSD apresentou, disse que não é um tema novo apresentado em Assembleia, salientando que todos têm conhecimento do estado em que se encontra o Centro de Saúde, apresentando um resumo da moção que abaixo se transcreve: -----

----- **«Moção nº 3 – Centro de Saúde de Marvila** -----

O centro de saúde de Marvila, situado na rua Doutor Estêvão de Vasconcelos, no número 56, na zona do Vale Formoso, apresenta regularmente inúmeras reclamações por parte dos seus utentes, sendo que no decorrer desta pandemia esta situação agravou-se ainda mais.

Nos últimos meses verificámos enormes filas à chuva e ao frio, sem lugares sentados, tornando este equipamento como um dos piores centros de saúde da cidade de Lisboa. Acresce ainda que a maioria dos seus utentes são pessoas com enormes limitações de mobilidade e com mais idade. Para piorar a situação, o sistema informático apresentou diversas falhas e as reclamações sobre os funcionários são frequentes.

Em plena campanha autárquica de 2017 foi anunciado a construção de um novo centro de saúde, sendo que em fevereiro de 2020 tivemos mais um anúncio sem informações concretas.





Assim, a bancada do PSD de Marvila, em reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de Marvila no dia 30 de junho de 2020, propõe:

1. agendar uma visita ao atual centro de saúde de Marvila com os representantes de todas as bancadas desta Assembleia de Freguesia de Marvila;
2. solicitar junto da Câmara Municipal de Lisboa uma apresentação do projeto do futuro centro de saúde de Marvila;
3. solicitar junto da Câmara Municipal de Lisboa a data prevista para o início da construção e a duração da construção;
4. enviar este documento para as bancadas da Assembleia Municipal de Lisboa e para os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa,

Marvila, 30 de junho de 2020

Os eleitos da bancada do PSD de Marvila» -----

---O **Sr. Luís Castro** propôs ainda realizar uma visita ao Centro de Saúde, não no momento presente, mas mais tarde. -----

---A **Sr.ª Segunda Secretária** passou a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes, leu a Moção apresentada pela sua bancada e que abaixo se transcreve: -----

-- «**Moção nº 1 – Abertura do Próximo Ano Letivo – Criação e garantia de Condições**

A Educação, importante área social, é e será sempre um elemento determinante da formação integral dos seres humanos e um fator incontornável do desenvolvimento das sociedades. No nosso caso e de acordo com a CRP, cabe ao Estado a responsabilidade direta sobre a Educação “devendo garantir a todos os cidadãos segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística” assim como “estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”.

A Educação deve assim, ser entendida com um valor estratégico fundamental para o desenvolvimento do País e para o reforço da identidade nacional.

Considerando que a utilização do modelo da telescola para a conclusão do final deste ano letivo, está longe de garantir, apesar dos enormes esforços de toda a comunidade educativa, uma solução alternativa ao ensino presencial.

Considerando que não foram asseguradas as condições de igualdade e equidade nos meios e materiais tecnológicos e pedagógicos.

Considerando as dificuldades objetivas que muitas famílias têm para garantir o apoio e acompanhamento do estudo dos seus filhos.

Considerando que é necessário encontrar soluções justas, de modo a garantir que nenhum jovem-estudante fica para trás.

Considerando que para que tal aconteça é preciso desde logo começar pela preparação do início do próximo ano letivo, agora que está prevista a sua reabertura para 14/17 de setembro, segundo as recentes declarações do Senhor 1º Ministro e Governo.

Considerando que precisamos desde logo acautelar, que sejam tomadas medidas de acordo com a situação social e de saúde que vivemos, que garantam a retoma das aulas presenciais.

Os eleitos do PCP/CDU, na Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em 30 de junho de 2020, vêm propor que este órgão solicite e exija do Governo:



- 1.- Que seja comunicado às escolas, com a maior brevidade as orientações com vista à preparação do início do ano letivo 2020/21 e ao indispensável retomar do ensino presencial.
- 2.- Que se garantam às escolas todos os meios indispensáveis à implementação e aplicação das orientações emanadas.
- 3.- Que as orientações que o Governo defina, com vista à retoma das aulas presenciais, atendam às exigências, às necessidades e à situação atual, considerando como fundamental e essencial:
  - 3.1.- O reforço e a contratação de mais profissionais-professores e educadores, administrativos, assistentes operacionais, auxiliares e vigilantes.
  - 3.2.- A diminuição da densidade de ocupação das salas de aula e outros espaços de utilização comum, se necessário reorganizando os espaços escolares.
  - 3.3.- O planeamento, organização de horários, constituição de turmas, considerando a redução do número de alunos por turma e atividades de apoio às famílias.
  - 3.4.- A reorganização dos conteúdos programáticos, procurando a recuperação do prejuízo causado nas aprendizagens, pela inexistência de aulas presenciais, numa parte significativa do ano letivo de 2019/20.
  - 3.5.- A dotação às escolas, dos materiais e equipamentos necessários para acautelar as questões de segurança e saúde da comunidade educativa.
  - 3.6.- O reforço das dotações orçamentais das escolas, de modo a suprir as insuficiências que condicionam o seu normal funcionamento.

Lisboa/Marvila, 30 de junho de 2020

Os eleitos do PCP/CDU na Assembleia de Freguesia» -----

---O **Sr. Rogério Mota** disse ainda que esperava que todos os eleitos votassem positivamente esta moção e que o entender da situação apresentada seja consensual porque, a seu ver, existe a necessidade de não deixar ninguém para trás e de dar às nossas escolas as condições necessárias, fruto da experiência positiva e negativa, para que se possa ser mais eficaz nas respostas a dar a quem as necessita. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, cumprimentando os presentes fez um pequeno resumo da moção nº 2 apresentada pela sua bancada e transcrita abaixo: -----

-----«**Moção nº 2 - Combater a pandemia e os seus efeitos sociais** -----

Considerando:

- a.** A emergência de saúde pública de âmbito internacional levou a Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, a classificar a Covid19 como uma pandemia.
- b.** A declaração de calamidade pública decorrente da resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril;
- c.** O impacto profundo na vida quotidiana, nas atividades económicas, no tecido social e nas suas instituições e sobre a entidade públicas, impacto esse ainda por avaliar em todas a sua dimensão e profundidade.
- d.** O poder local democrático, pela natural proximidade com as populações, numa situação extrema e inaudita, demonstrou a sua capacidade de responder às necessidades mais emergentes, tendo sido até este momento um fator decisivo na mitigação dos efeitos de uma pandemia com um horizonte de resolução ainda longe, mas cujos efeitos sociais se manifestaram quase de imediato, confirmando a sua importância na promoção,



defesa e salvaguarda das populações locais, sendo incontornável a valorização do papel dos trabalhadores das administrações locais, em especial dos que com enorme sentido de serviço público se assumiram na linha da frente, permitindo o funcionamento de serviços essenciais e criando respostas de emergência às populações.

**e.** O papel insubstituível do Serviço Nacional de Saúde na resposta ao surto epidémico que comprovou ser a única resposta capaz de garantir o direito à saúde. Sem o SNS, o tratamento dos doentes afetados pela COVID-19 seria, para muitos, desastroso. Hoje está claro que o SNS mostrou uma elevada capacidade de realização da sua missão, no entanto não deixou igualmente de evidenciar fragilidades, onde a falta de investimento em recursos humanos e meios técnicos dificultaram e dificultam ainda hoje uma resposta mais qualificada e eficaz às questões de saúde pública, circunstância que releva ainda mais o extraordinário empenhamento de todos os profissionais de saúde, que num contexto de grande dificuldade dão exemplo de grande profissionalismo e dedicação.

**f.** Que as instituições do movimento associativo popular, associações de bombeiros, instituições particulares de solidariedade social e instituições religiosas e sindicais rapidamente se posicionaram no apoio às comunidades onde se inserem, tendo até ao momento cumprido um papel importante e fundamental na resposta de emergência aos mais fragilizados pelas consequências sociais da pandemia.

Considerando ainda que:

**g.** A progressão da pandemia e das suas consequências sociais é desigual, sendo evidente o seu impacto nas camadas mais desfavorecidas, mais afetadas pela precariedade laboral, de menores recursos económicos, com mais desproteção social e com menores condições de vida;

**h.** Que o surto epidémico e as medidas necessárias para a prevenir e combater, trouxeram para primeiro plano a importância da defesa dos serviços públicos, entre os quais se destaca a Segurança Social, pública universal e solidária, importante pilar da nossa democracia.

**i.** Quer o trabalho com os lares e instituições da sua responsabilidade, quer as centenas de milhar de portugueses que perderam o emprego, que ficaram em layoff ou as famílias impedidas de trabalhar devido ao encerramento das escolas e outros equipamentos de apoio à infância, implicaram que os trabalhadores da segurança social “não tivessem mãos a medir” face ao volume de trabalho, tanto mais que é conhecida a falta de recursos humanos e a utilização da Segurança Social como instrumento de política económica.

**j.** Os transportes públicos coletivos e designadamente os transportes rodoviários, já insuficientes nas horas de ponta, antes da COVID-19, com empresas a entrarem em layoff e a reduzirem para cerca de 55% a sua capacidade de transporte, agravaram a situação, o que não permite garantir quaisquer afastamentos quanto mais os aconselhados pela DGS, potenciando assim o risco de contágio da infeção viral.

**k.** A evolução epidemiológica na região de Lisboa, mereceu recentemente a adoção de medidas excecionais, as quais tem também incidência no município de Lisboa, que deverá adequar a sua intervenção neste contexto, considerando também as medidas implementadas com sucesso noutros municípios situados na Região de Lisboa.

Assim, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Marvila, reunidos na Assembleia Ordinária dia 30 de junho de 2020, propõem que a Junta de Freguesia diligencie junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de, em articulação com a Direção Geral da Saúde



e a Segurança Social a criação de equipas mistas que acompanhem todas as situações no terreno, com vista a:

1. Proceder à georreferenciação dos casos positivos (salvaguardando o anonimato), acompanhando quer as possíveis cadeias de contágio, quer as condições de cumprimento do confinamento;
2. Identificar a existência de situações em que não seja possível às pessoas infetadas ou em quarentena fazerem o isolamento em segurança, por motivos de ordem habitacional, insuficiência económica ou outra, encontrando alternativas para estas pessoas;
3. Identificar melhor os fatores que estão na origem dos casos positivos na freguesia: locais de trabalho, condições de transportes públicos ou outros, de forma a encontrar as melhores soluções para lhes dar resposta.
4. Dinamizar uma campanha de sensibilização e educação para a Saúde, a ser promovida na Freguesia, com maior incidência nos locais que apresentem, pelas suas características, maior risco de contágio.

Lisboa, 30 de junho de 2020

Os eleitos do PCP na Assembleia Freguesia de Marvila» -----

---O **Sr. António Pereira** disse ainda que, em relação à moção apresentada pelo PSD, a sua bancada irá votar a favor uma vez que ela vem ao encontro da opinião do PCP relativamente a esta questão e que já muitas vezes falou em sede de Assembleia, lembrando que neste centro de saúde existem cerca de quatro mil utentes que não têm médico de família e é um centro onde existe muita falta de pessoal, tanto médicos como enfermeiros, auxiliares, assistentes técnicos e até um telefonista. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou de seguida a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, em relação à moção apresentada pela bancada do PSD e tendo em conta o que o Sr. António Pereira acabou de dizer sobre a mesma na intervenção anterior, disse que, apesar de todas as insuficiências, apesar de todas as dificuldades, apesar de todas as falhas que são constantemente apontadas, o SNS demonstrou que está de pedra e cal para defender quem precisa, na hora que é preciso, ignorando muitas vezes a segurança dos seus técnicos para defesa dos cidadãos. Disse ainda que, na sua opinião merece o SNS o apoio dos cidadãos. Relativamente ao Centro de Saúde, segundo uma informação que recolheu, as obras, que têm uma empreitada com a duração de 450 dias já foi iniciada considerando ser extemporâneo a moção apresentada. Salientou ainda que a saúde não é um fogacho e tem regras que são absolutamente impossíveis de não cumprir, considerando que no meio de uma pandemia uma excursão de eleitos ao Centro de Saúde é o mais desadequado, quer pela segurança dos próprios, a segurança dos trabalhadores e dos utentes do Centro de Saúde. Declarou que, assim sendo, a sua bancada só poderá votar contra a moção apresentada pela bancada do PSD. Relativamente à moção da educação apresentada pela bancada do PCP, disse concordar com o documento com algumas alterações se considerarem que as mesmas podem ser feitas passando a enumerar as alterações fundamentais: relativamente à telescola considerou ser difícil não haver uma palavra de simpatia pela mesma mesmo que não tenha sido a solução ideal, mas foi uma boa solução e que teve um envolvimento louvável por parte dos professores que foram atirados para a frente de uma câmara, com as dificuldades que todos estamos nesta Assembleia a sentir ou mais, e que desempenharam cabalmente a sua função. Referiu algumas alterações sugeridas pela



sua bancada. Disse ainda solicitar e exigir, sugeriu solicitar e sugerir. Disse que deveria falar-se de todos os profissionais que fazem parte do coletivo escolar, dando como exemplo os psicólogos, o ensino especial, etc. Sugeriu colocar no documento que deverá ser feita uma campanha de sensibilização a toda a comunidade escolar. Relativamente à moção sobre o Covid-19 apresentada pela bancada do PCP, fez também algumas sugestões de alteração ao documento apresentado, deixando à consideração o consenso do documento. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou de seguida a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, leu a moção apresentada pela sua bancada e que aqui de transcreve: -----

-----«**Moção nº 4 - Descentralização de Competências**-----

--- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabeleceu o quadro de transferências de competências para as autarquias locais através de diplomas sectoriais do governo, prevê no seu artigo 4.º que tal transferência será obrigatoriamente concretizada até 1 de janeiro de 2021.

Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que se traduzir numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais, no reforço da coesão territorial e social e na garantia de aplicar políticas públicas que respondam melhor aos problemas das pessoas;

Sucedem que um número muito expressivo de autarcas tem vindo a manifestar publicamente discordâncias com o conteúdo, a extensão e o financiamento (insuficiente) do processo em curso e com qualquer desresponsabilização do Estado nas funções sociais de âmbito universal como a educação, saúde e cultura;

Neste sentido se pronunciaram muitos autarcas no recente Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e noutras iniciativas em que em que a temática da transferência de competências foi objeto de apreciação;

Acresce que as transferências de competências já definidas em diplomas sectoriais e a respetiva afetação de recursos não tem tido em conta a diversidade dos meios e estruturas municipais e as desiguais possibilidades de prestação de serviços públicos locais com a universalidade, igualdade e qualidade que a Constituição prevê e as pessoas exigem;

Serão assim agravadas as assimetrias territoriais. Apenas um sexto dos municípios terão assumido todas as competências já definidas em diplomas setoriais, apenas cerca de um terço dos municípios aceitaram competências na área da educação e menos de um quinto dos municípios do continente assumiram novas competências no domínio da saúde.

**Assim, a Assembleia de Freguesia de Marvila reunida a 30 de junho de 2020, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

Instar a Assembleia da República a suspender a obrigatoriedade da conclusão em 1 de janeiro de 2021, prevista no artigo 4.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto do processo de transferência de competências para as autarquias locais.

A representante do BE

Isabel Ventura» -----

---A **Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura**, relativamente às moções apresentadas pela bancada do PCP, informou que iria votar a favor, estando de acordo com as mesmas. No que diz respeito à



proposta apresentada pela bancada do PSD, disse que efetivamente não estamos a ter um bom acompanhamento dos Centros de Saúde, mas, relativamente ao SNS, disse haver muitos serviços que estão a funcionar normalmente. Disse que, na sua opinião, foi o SNS que enfrentou a pandemia e não os privados. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada concorda com as alterações propostas pela bancada do PS relativamente às moções do PCP. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, referindo-se à intervenção da eleita do BE, disse estar a fazer esta intervenção uma vez que até ao momento a sua líder de bancada não deu nenhuma indicação de voto e, assim, faz a presente intervenção em seu próprio nome, condicionando-a à sua própria postura pessoal. Disse que às vezes é necessário fazer um pouco de Pedagogia acerca da política e até um pouco de História e, essa História levaria a 1989, quando Lisboa passou a ser governada por Jorge Sampaio e por uma coligação de esquerda, salientando ter sido Jorge Sampaio o “pai” das chamadas delegações de competências porque até aí, na sua opinião, as Juntas de freguesia eram qualquer coisa que poucas competências tinham ou nenhuma e os presidentes de Junta exerciam as suas funções na mais fácil qualidade de voluntários. Disse que a situação mudou a partir daí e isso foi uma conquista de todo o movimento autárquico. Disse que, felizmente, as coisas têm vindo a evoluir e que uma das políticas do seu partido é exatamente a delegação de competências, até facilitada quando um Presidente da CML, António Costa, chegou a Primeiro-Ministro e fez disso uma das suas bandeiras. Chamou a atenção para um documento da Junta de Freguesia de 2005, facilmente identificável, do qual leu o seguinte teor: *“Agora que nos encontramos a dez meses do fim do mandato, reforçamos a nossa convicção de que relativamente às diferentes áreas de atuação, deveriam ter sido delegadas competências na Junta de Freguesia, acompanhadas de recursos humanos, técnicos e financeiros, .....”*, salientando que esta era uma exigência da junta de freguesia, na altura dirigida pelo Sr. António Pereira, dizendo que os tempos mudaram mas que o orçamento de 2005 era já um grande orçamento de cerca de dois milhões de euros enquanto que agora serão cerca de dez milhões de euros. Salientou que isto acontece porque as delegações de competências passaram a ser cada vez mais importantes. Disse haver uma verba de mais de dois milhões e trezentos mil euros de delegação de competências da CML para este ano, mas, já em 2005, 10% do orçamento já resultavam de delegações de competências querendo dizer com isto que se trata de uma questão política assumida pelo seu partido, PS. Disse ainda que, às vezes, acontecem coisas muito interessantes, apontando como exemplo o que diz no documento do BE, “apenas cerca de um terço dos municípios aceitaram competências na área da educação”, salientando não saber se o número apresentado é verdade mas disse saber que a CML aceitou competências na área da educação, estranhando por isso que essa aceitação de competências foi votada negativamente pelo representante do BE que é aquele que tem o pelouro da educação e que assume essa delegação de competência. Informou que, na altura questionaram o representante do BE se, tendo votado contra a delegação de competência, não seria altura de apresentar a sua demissão, o que não fez, dizendo congratular-se com isso uma vez que está a executar um trabalho interessante. Disse que, em função do que apresentou e considerando que o documento apresentado pela eleita poderá não ser da sua autoria, mas que lhe chega do seu partido como forma de pressão



que ultrapassa em muito esta freguesia, disse acreditar que é de elementar política de verdade não aceitar essa moção. Passando aos documentos apresentados pela bancada do PCP, disse que quando se procura consenso existe algum tipo de linguagem que não deve ser utilizada. Disse estar de acordo com as pressupostas alterações, mas pediu que as mesmas sejam entregues à mesa rapidamente para se ter a certeza que estes têm a correção acordada. Pediu também que fosse considerada a alteração de “os eleitos do PCP” para “a assembleia delibera”. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, lembrou uma proposta apresentada pela sua bancada na assembleia de 29 de abril de 2019, que tinha como título “Inventariação, Conservação e Divulgação do Património Histórico e Cultural existente em Marvila” tendo sido uma recomendação rejeitada com o voto contra do PS e a abstenção do BE. No ponto 6.1.4 da Informação Escrita do Presidente, denominado “Estudo do património edificado da freguesia de Marvila” e que diz “O estudo sobre a abrangência, estado de manutenção e utilização do património da Freguesia com vista a possível recuperação e disponibilização pública otimizada encontra-se temporariamente suspenso por falta de recursos, prevendo-se a sua retoma logo que possível. No entanto, ainda que esteja suspensa, nas informações escritas anteriores, essa situação fica contemplada”. Questionou então o Sr. Presidente da Junta em que consiste este estudo e felicitar o Executivo pelo facto de que, as ideias quando são boas, independente de serem votadas contra pela bancada do PS, ainda assim as assume como boas e as leva avante. Relativamente ao documento apresentado pelo BE, disse ter muitas reservas no que se refere ao processo de descentralização e, admite que não será em todas as autarquias, mas muitas delas querem os direitos e não querem as obrigações, informando que a votação da sua bancada será de abstenção. Relativamente ao documento apresentado pelo PSD, disse que, na sua opinião, não vê nenhum ataque ao SNS no descrito na mesma, não estando sequer em causa o SNS. Salientou que, no documento, o que está posto em causa são as condições existentes no Centro de Saúde de Marvila tendo já em reuniões anteriores ter sido reconhecido, até pela bancada do PS, o estado em que o referido Centro de Saúde se encontra. Disse querer salientar, ao contrário do que a eleita do BE disse, o SNS desmarcou todas as consultas, estando essencialmente viradas para o combate ao Covid-19. Informou que o CDS-PP irá votar a favor da referida moção para reforçar. Relativamente às moções apresentadas pela bancada do PCP sobre o combate ao Covid-19 e o início do ano letivo, a sua bancada irá votar a favor. Referenciando o início do ano letivo, considerando ser importante louvar o esforço feito pelos professores, na sua opinião, a telescola não substitui o ensino presencial. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que mora na freguesia de Marvila desde 1971 e, relativamente ao Centro de Saúde de Marvila, sempre o conheceu com péssimas condições, considerando que a moção apresentada pelo PSD é totalmente pertinente salientando que este centro não tem as mínimas condições de funcionamento. Relativamente às moções apresentadas pela bancada do PCP disse estar a favor das duas e referenciando a moção apresentada pelo BE disse que a indicação do seu voto é abstenção. -----

---A **Sr.<sup>a</sup> Segunda-Secretária** passou de seguida a palavra à **Sr.<sup>a</sup> D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, afirmou que realmente é política e quando faz uma intervenção



sem dúvida que ela é política. Disse que sobre intervenções que haja fora da Assembleia, agradece que não sejam faladas em plenário. Disse que, conforme já disse em intervenções anteriores, é a favor de uma regionalização e não da descentralização realizada deste modo e afirmou que existem muitas câmaras que não estão de acordo com isso. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, relativamente à sua moção esclareceu que a visita sugerida nunca seria para ser realizada em altura da pandemia e que, na sua moção, não existe nenhum ataque ao SNS, muito pelo contrário, salientando que desde 2015 os governos têm sido PS e forças de esquerda. -----

---A **Sr.ª Segunda-Secretária** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que a Assembleia de Freguesia é sempre ouvida quando se tratar de aprovar delegações de competências da CML para a Junta de Freguesia. Disse ainda que as decisões da CML são públicas e aquilo que citou não foi fruto de nenhuma informação privilegiada nem de nenhum confidencialismo. Disse que o Centro de Saúde de Marvila funciona muito mal, o que não pode dizer da Unidade de Saúde dos Lóios que funciona bem. Salientou ainda estar desejoso de estar presente na inauguração do novo Centro de Saúde de Marvila. Disse ainda que neste decorrer da pandemia ninguém sabe como vai ser o início das aulas pois não se sabe a evolução desta situação e que é preciso acreditar que se estão a criar as melhores condições seja para que tipo de cenário que venha a existir. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra, disse ter que se fazer uma redação das moções ao que a **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes** respondeu que fará chegar por mail as sugestões do mesmo. O Sr. Rogério Mota fez uma pequena explanação daquilo que irá ficar o documento. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Antes de mais uma saudação especial e solidária a todos os que, na Freguesia de Marvila adoeceram com COVID 19, bem como às suas famílias. Se alguma fatalidade ocorreu os mais sentidos pêsames.

Uma saudação especial aos trabalhadores e executivo da Junta de Freguesia de Marvila, e um agradecimento. A todos. Aos que estiveram em trabalho presencial ou em teletrabalho, que não se renderam a esforços e tentaram da melhor maneira servir a freguesia.

Quando todos nós por sentido de responsabilidade, mas também por medo, estivemos recolhidos em casa, houve quem, sem medo, trabalhasse no espaço público, como verdadeiro agente de saúde pública para garantir uma Freguesia mais limpa e mais saudável. Agradecemos reconhecidos.

Vivemos uma época nova para a Humanidade.

Uma época que exige reflexão, intervenção concertada, prudência, recursos financeiros, recursos humanos. Exige também o repensar do modo de vida que durante anos consideramos paradigmático do sucesso e do pleno bem-estar. Exige o que durante muito tempo foi citado como importante, mas muito pouco concretizado – a solidariedade. Exige pensar o próximo com a certeza de que o bem do próximo depende da distância a que estamos dele.

Exige o distanciamento físico, mas não se compadece com o distanciamento social.





Tudo foi novo nesta pandemia. Foi novo o vírus e a forma de o abordar e lidar com ele. Foram novas as consequências e foram novas as medidas tomadas para minorar os riscos.

Se as respostas dos governos e das instituições foram, na maior parte dos casos, acertadas e tomadas a bom ritmo, as exceções confirmam que ainda hoje todo o cuidado é pouco e que as decisões exigem ponderação.

Não importa chorar sobre o leite derramado, mas importa aprender com os erros. Diz-se em Medicina que só se diagnostica o que se conhece. Agora já se conhece o vírus e não há desculpa para não acertar o passo das medidas inadiáveis para reduzir o risco de contágio e melhorar a qualidade de vida das populações.

Solicitei por várias vezes os indicadores de saúde da Freguesia de Marvila, relacionados com a COVID 19.

Aceito a dificuldade em conseguir e aceder a estes dados, mas estamos num momento do surto pandémico em que todos os sacrifícios podem ser deitados a perder se não conhecermos a realidade e não trabalharmos sobre ela para delinear estratégias de intervenção.

Conhecer a dispersão do vírus na comunidade é uma ferramenta para controlar essa dispersão.

•Podemos saber quantos infetados com SARS- CoV-2 foram identificados na Freguesia de Marvila??

•Sabemos qual foi a incidência de infetados por Bairro/território demarcado??

•Sabemos quantos dos infetados tinham ou têm condições para fazerem isolamento domiciliário sem risco para si próprio ou para os outros co-residentes?

•Sabemos quantos infetados têm ou tiveram condições para garantirem as necessidades básicas de alimentação, quer quanto a confecção quer quanto a aquisição dos géneros alimentícios.

•Foi garantido apoio psicológico a quem dele precisou em resultado quer da doença, quer do isolamento, quer das condições socioeconómicas que experimentou ou experimenta?

•Sabemos qual foi a incidência da doença nos lares de idosos?? E nas escolas e creches e infantários??

A comunicação social falou de alguns casos em Marvila, mas o que importa é a informação do Executivo.

Não me alongarei em perguntas, porque neste caso, sei que é mais fácil perguntar que responder.

Apenas mais uma pergunta:

•Face à situação epidémica na área Metropolitana de Lisboa, foi acautelada ou sequer equacionada a hipótese de haver em Marvila alguma instalação de recurso para receber eventuais infetados que possam vir a surgir e que não possam ou não devam permanecer no seu domicílio??

Apenas uma consideração final sobre a Revisão Orçamental.

Foi certamente elaborada tendo por base as imensas necessidades a que urge dar resposta, sobretudo na área do apoio social, e o valor inscrito é espelho dessas necessidades que são, certamente, reconhecidas por todos os membros da Assembleia de Freguesia, seja qual for a Bancada por que foram eleitos.



Todos os eleitos quererão contribuir para tornar realidade o apoio social a quem dele carece na Freguesia, embora provavelmente a forma de atuar pudesse ser diferente conforme a sua visão política do problema.

Importa juntar esforços e ter olhares de inovação sobre uma situação que é nova e complexa.

Reforço aqui uma questão que já coloquei antes.

A Junta de Freguesia de Marvila tem sido exemplar no apoio a associações, clubes e outras organizações da comunidade e o desenvolvimento desportivo tem sido uma aposta que se considera necessária na formação dos jovens e no apoio dos seniores.

Infelizmente o surto pandémico reduziu ou anulou a intervenção desportiva.

Será importante conhecermos como se reformularam os apoios aos que os receberam, nesta visão inovadora de intervenção social mais tradicional e direta, em vez da habitual intervenção pelo desporto que já praticavam.

Isto é, como se reinventaram as associações para bem utilizarem as verbas que lhes foram disponibilizadas. Seria interessante dá-lo a conhecer à Assembleia de Freguesia

Bom trabalho ao Executivo, pois tem pela frente muito a fazer.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, respondeu que, embora na sua intervenção anterior não tivesse mencionado os documentos apresentados pela bancada do PCP, a sua bancada irá votar a favor dos mesmos. -----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à votação das moções apresentadas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação, com as alterações acordadas, a **Moção nº 1 – Abertura do Próximo Ano Letivo – Criação e garantia de Condições.** ---

---Passada a votação **foi a Moção nº 1 aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação, também com as alterações acordadas, a **Moção nº 2 - Combater a pandemia e os seus efeitos sociais.** –

--- Passada a votação **foi a Moção nº 2 aprovada por unanimidade.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação a **Moção nº 3 – Centro de Saúde de Marvila.** -----

---Passada a votação, **a Moção nº 3 foi rejeitada com os votos a favor do PCP, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PMMI e os votos contra do PS.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou por último à votação a **Moção nº 4 – Descentralização de Competências.** -----

---Passada a votação, a **Moção nº 4 foi rejeitada com os votos a favor do PCP, do PSD, do BE e do PMMI, a abstenção do CDS-PP e os votos contra do PS.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: -----

---«O Executivo da Junta de Freguesia está consciente da necessidade de equipamentos de prestação de cuidados de saúde na Freguesia, que garantam a prestação desses cuidados aos seus Fregueses, nas melhores condições de conforto, acessibilidade e elevados padrões de qualidade.

A USF S. João Evangelista dos Lóios é um bom exemplo do que pretende para a Freguesia.

O velho Centro de Saúde de Marvila tem sido uma preocupação do Executivo que envidou esforços, junto das autoridades competentes, para a construção de um novo equipamento.



As obras de uma empreitada com prazo previsto de 450 dias, já tiveram início em data recente, esperando-se que o prazo de conclusão e a qualidade da obra permitam a curto prazo garantir aos Fregueses de Marvila o novo Centro de Saúde, que esperam e merecem.

Apreciando a preocupação do PSD, considera-se, contudo, extemporânea a apresentação da Moção e desadequada a proposta de “agendar uma visita ao atual centro de saúde de Marvila com os representantes de todas as bancadas desta Assembleia de Freguesia de Marvila”(sic), que é contrária aos procedimentos a seguir face ao atual surto pandémico, razão porque se votou contra e se junta a presente declaração de voto.» -----

---A **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes** disse ainda que, relativamente à Moção apresentada pelo BE, parece existirem algumas falhas de informação e o PS não vota propostas que não tenham o conteúdo exato do que é dito pensando que estamos numa situação que nos colocou desafios novos e que vai carecer de uma reavaliação de como vai ser feito todo este processo, sendo por isso que a sua bancada votará contra. -----

---o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada votou a favor da moção apresentada pela bancada do PSD pelas razões já explanadas anteriormente e porque apesar de estar para breve a construção do novo Centro de Saúde, considera que o atual Centro de Saúde necessita de um olhar diferente e de algum apoio para que sejam criadas melhores condições para que os seus utentes sejam atendidos com a maior dignidade possível. Relativamente à moção apresentada pela bancada do BE, também a sua bancada votou a favor porque já no dia 27 de setembro de 2019 a sua bancada trouxe uma moção que foi aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia, sobre transferências e competências onde se falava praticamente no apresentado neste documento e que refere a capacidade que alguns municípios têm e outros não para assumirem estas competências e, considera que são problemas a nível nacional, como é o exemplo da educação enumerando os pontos resolutivos apontados então para lembrança do plenário. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: -----

---«Estou a fazer esta declaração de voto no sentido de perceber que o novo Centro de Saúde já está em construção. Esta Assembleia, pelo menos eu falo por mim, não tinha conhecimento do mesmo, recebemos essa informação por parte da líder de bancada do PS e se realmente esta situação se verifica, gostávamos de ter conhecimento do projeto visto que estamos numa Assembleia de freguesia e nem na documentação da informação escrita do Presidente vem nenhuma referencia a esta situação e se é verdade gostávamos de pedir mais informações ao nosso Presidente da Junta de Freguesia. Obrigado.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou o plenário que faltavam cerca de seis minutos para legalmente ter que encerrar os trabalhos e que ainda existem quatro pontos para discussão enumerando os mesmos. Disse que embora haja necessidade de que a informação escrita do Presidente deve ser ouvida em primeiro lugar, mas tendo em conta a necessidade de votar o CDC referente ao Fundo de Emergência Social e que o mesmo já foi analisado, questionou se o plenário concordaria em realizar a discussão e votação deste ponto primeiro. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse que, uma vez que faltam apenas cinco minutos para que pela lei se faça o encerramento dos trabalhos, e haver ainda quatro pontos da Ordem de Trabalhos



que são importantes para discussão, considerou que não fará muito sentido fazer uma discussão apressada, até porque os pontos a discussão são bastante importantes, propôs a ponderação de uma nova data para a continuação da presente Assembleia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que, face ao apresentado, se manterá a Ordem de Trabalhos como ela está entrando neste momento na Ordem do Dia e que a permissão de realizar estas sessões em modo de videoconferência termina no presente dia. Informou ainda que está prevista uma alteração legal para que este modo de trabalho possa continuar no decorrer do mês de julho e eventualmente no mês de agosto e setembro por força da pandemia que teima em não passar. Disse não considerar que uma reunião presencial seja a melhor solução no momento presente pelo que propôs que se esperasse a saída da nova norma e depois então agendar uma segunda reunião para continuação da presente sessão no mês de julho ou setembro. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, concordou com o que o eleito do PSD disse considerando que estes pontos carecem de um aprofundamento consistente. Disse que a sua maior preocupação é que o seu Executivo não entendeu se o protocolo com a ACRAS já tinha sido votado ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que o referido documento ainda não foi votado. O Sr. Presidente da Junta disse então que pedia se o plenário pode considerar decidir sobre esta proposta uma vez que se trata de uma instituição que está a desenvolver um trabalho muito importante com a população, através de refeições confeccionadas e que necessita das verbas propostas no documento em questão. Relativamente ao CDC disse que, partindo da premissa que a situação será retificada numa posterior reunião o seu Executivo aceita que isso seja discutido à posteriori. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** considerou que agendar outra reunião para continuação da presente sessão será a melhor solução e salientou que de certeza o plenário retificará o que for necessário na próxima reunião. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, dispensando a leitura da **ata minuta** da presente reunião, deu por finalizada a reunião. -----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **24h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

A 2ª Secretária \_\_\_\_\_